

## ***A Lumen Gentium: ontem, hoje e o Ano da Fé***<sup>1</sup>

Lumen Gentium:  
yesterday, today and the Year of Faith

GERALDO LUIZ BORGES HACKMANN\*

**Resumo:** O presente artigo se propõe a refletir sobre a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), ontem e hoje. Inicia com uma breve apresentação de sua gênese dentre os demais documentos deste último Concílio, para, depois, apresentar alguns de seus temas mais importantes. O texto continua com a reflexão sobre a sua recepção, passados quase cinquenta anos de sua promulgação pelo Papa Paulo VI, acontecida no dia 21 de novembro de 1964, destacando alguns momentos significativos deste processo de recepção. Hoje o tema de sua hermenêutica tem se mostrado relevante devido a análises de sua recepção por determinados setores da Igreja, particularmente após o discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana no dia 22 de dezembro de 2005, no qual foram apresentados dois caminhos interpretativos. O artigo finaliza estabelecendo relações entre o Ano da Fé e a *Lumen Gentium*.

**Palavras-chave:** Vaticano II. *Lumen Gentium*. Hermenêutica. Recepção. Ano da Fé.

**Abstract:** This article aims to reflect on the Dogmatic Constitution *Lumen Gentium* of the Second Vatican Council (1962-1965), yesterday and today. It starts with a brief presentation of its genesis among the other documents

---

<sup>1</sup> Conferência proferida no Simpósio Teológico intitulado *A Fé há 50 anos do Vaticano II*, organizado em 2013, pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro.

\* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma. Pós-doutorado pela Faculdade de Teologia do Institut Catholique de Toulouse, França. Perito da Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB. Professor da Faculdade de Teologia da PUCRS. Porto Alegre – RS. E-mail: gborgesh@pucrs.br

of the latter Council, to then, present some of its most important themes. The text continues with a reflection on the receipt, after almost fifty years of its promulgation by Pope Paul VI, which took place on November 21, 1964, highlighting some significant moments of the reception process. Today the subject of its hermeneutics has shown relevance due to analysis of its receipt by certain sectors of the Church, particularly after the speech of Pope Benedict XVI to the Roman Curia on December 22, 2005, in which two interpretive paths were presented. The article concludes by establishing relations between the Year of Faith and *Lumen Gentium*.

**Keywords:** Vatican II. *Lumen Gentium*. Hermeneutics. Reception. Year of Faith.

O presente artigo se propõe a refletir sobre a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, promulgada pelo Papa Paulo VI no dia 21 de novembro de 1964, importante documento do Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-1965), e deseja se inscrever no período do cinquentenário de sua celebração e o Ano da Fé.

O intento deste artigo é triplo: em primeiro lugar, refletir sobre um pouco da história e do significado da *Lumen Gentium* para a Igreja. Em segundo lugar, propor uma leitura despretensiosa sobre sua recepção e hermenêutica desde o término do Vaticano II, em 1965, até os dias de hoje, sem descurar do *Sínodo Extraordinário de 1985*, que é, sem dúvida, um dos marcos de sua recepção, apesar de algumas vozes discordarem de suas conclusões<sup>2</sup>. Em terceiro lugar, tentar propor uma relação entre a *Lumen Gentium* e o Ano da Fé, convocado pelo Papa Bento XVI, celebrado de 11 de outubro de 2012 até 24 de novembro de 2013, com a finalidade de “redescobrir o caminho da fé para fazer brilhar, com evidência sempre maior, a alegria e o renovado entusiasmo do encontro com Cristo”<sup>3</sup>.

Durante esse Ano da Fé, o Papa Bento XVI deseja que se celebre o cinquentenário da abertura do Vaticano II e o vigésimo aniversário da publicação do *Catecismo da Igreja Católica*, promulgado pelo Papa João Paulo II, com a finalidade de “ilustrar a todos os fiéis a força e a beleza da fé”<sup>4</sup>, também com a retomada dos documentos oriundos do último Concílio e do texto do *Catecismo*, a fim de reavivar a fé de todos os cristãos. Por isso, abordaremos a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e a sua relação com o Ano da Fé.

<sup>2</sup> Como exemplo, ver o capítulo quarto de J. COMBLIN, *O povo de Deus*. Petrópolis: São Paulo: Paulus, 2002, p. 115-132, intitulado A virada do Sínodo de 1985.

<sup>3</sup> PAPA BENTO XVI, *Porta Fidei*, n. 2.

<sup>4</sup> *Ibid.*, *Porta Fidei*, n. 4.

## 1. A *Lumen Gentium*: um pouco de sua história e de seu significado

O Concílio Ecumênico Vaticano II é o primeiro Concílio que se ocupou da Igreja em si mesma de forma profunda. Os grandes Concílios anteriores, como o de Trento e o Vaticano I, não conseguiram tratar da Igreja como era pretendido. O de Trento, porque lhe faltava uma eclesiologia ampla, enquanto se ocupou de forma especial em dar uma resposta aos Reformadores. O Concílio Vaticano I também não conseguiu, porque foi interrompido pela guerra franco-prussiana, e, por isso, não teve tempo para realizar a agenda previamente estabelecida e tornou-se, assim, um Concílio inacabado<sup>5</sup>.

Assim se expressa Dom Boaventura Kloppenburg, perito do último Concílio, sobre a importância do Vaticano II para a Igreja:

Na verdade, não há, na história da Igreja, Concílio que se lhe compare. Jamais foi tão grande e universal a representação. Jamais, tão variada a contribuição de todas as raças, continentes e culturas. Jamais, tão livre e ampla discussão dos temas. Jamais, tão facilitada a comunicação exata das ideias. Jamais, tão demonstrada e minuciosa a preparação. Louvemos ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo<sup>6</sup>.

De forma semelhante se refere Guido Mondin à importância do Vaticano II para a Igreja e da *Lumen Gentium* para a eclesiologia posterior:

Evento de importância capital no que concerne à evolução da autoconsciência da Igreja foi o Concílio Vaticano II, concílio eminentemente eclesiológico. Graças à ação poderosa e vivificadora de um novo Pentecostes, ele fez com que a autoconsciência da Igreja desse um salto qualitativo, que pode muito bem ser comparado à passagem da juventude à maturidade. Os textos do Concílio traçam um panorama mais vasto, completo e profundo da autoconsciência da Igreja: eles documentam uma compreensão mais plena do ser da Igreja, misterioso e sacramental, da sua missão salvífica e da sua vocação missionária, dos papéis e tarefa dos próprios membros (leigos e hierarquia), de suas relações com os fiéis de outras religiões e com o mundo<sup>7</sup>.

Apesar de ser pastoral a intenção do Vaticano II<sup>8</sup>, de acordo com o

<sup>5</sup> G. L. B. HACKMANN, *A amada Igreja de Jesus Cristo. Manual de Eclesiologia como Comunhão Orgânica*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2013<sup>2</sup>, p. 39-42; 46-48.

<sup>6</sup> B. KLOPPENBURG. No quarentenário da *Lumen Gentium*. In *Revista Eclesiástica Brasileira*, fasc. 256 (outubro de 2004), p. 835.

<sup>7</sup> G. MONDIN, *La Chiesa primizia del regno. Trattato di eclesiologia*. In C. ROCCHETTA (org.), *Corso di Teologia Sistemática*, vol. 7. Bologna: Dehoniane, 1986 p. 192.

<sup>8</sup> Cf. PAPA JOÃO XXIII, *Alocução Gaudet Ecclesia (Discurso de abertura ao Vaticano II)*, 11 de outubro de 1962. In AAS 54(1962), pp. 786-795. Também: E. LORA e B. TESTACCI (a cura),

desejo do Papa João XXIII, que o convocou no dia 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo fora dos muros, os documentos desse Concílio têm valor doutrinal e neles está afirmada a doutrina da Igreja, professada ao longo dos séculos. Assim, há ensino doutrinal no magistério do Vaticano II<sup>9</sup>. Os dois documentos eminentemente eclesiológicos, a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*, são Constituições. A primeira, dogmática, e a segunda, pastoral. Com a denominação Constituição, fica clara a intenção do Vaticano II de também ensinar verdades doutrinárias. A *Lumen Gentium* é uma “Constituição dogmática”, porque o expõe a doutrina da Igreja sobre a Igreja, tornando-se, assim, um dos documentos mais importantes dentre os documentos do Vaticano II.

O programa de trabalho do Vaticano II, com numerosos esquemas preparatórios, teve um desenvolvimento mais eficaz quando, no dia 04 de dezembro de 1962, o Cardeal Suenens, com aprovação de João XXII e com o apoio do Cardeal Montini, propôs organizar o trabalho conciliar a partir dos temas *Ecclesia ad intra e Ecclesia ad extra*. Daí resultaram a *Lumen Gentium*, promulgada no dia 21 de novembro de 1964, e a *Gaudium et Spes*, promulgada no dia 07 de dezembro de 1965. Estas duas Constituições constituem dois momentos diferentes de um mesmo movimento eclesiológico, pois centra a eclesiologia conciliar nesses dois temas, um em decorrência do outro<sup>10</sup>.

Dada à importância da *Lumen Gentium* no conjunto dos demais documentos conciliares, ela tornou-se o fio condutor dos demais documentos promulgados pelo Vaticano II. Com a *Lumen Gentium*, o Concílio encontrou um critério unificador dos trabalhos sobre a identidade e a missão da Igreja, dando atenção à unidade dos cristãos e ao diálogo com o mundo moderno com a *Gaudium et Spes*. Juntamente com a *Dei Verbum*, a *Lumen Gentium* é a chave de acesso ao magistério conciliar e é a partir dela que os outros documentos são estruturados e interpretados. Na *Lumen Gentium*, a Igreja expressa seu mistério, sua identidade, sua origem, sua estrutura e sua missão. O mistério de Cristo, que se realiza e se celebra na Igreja, está exposto na *Sacrosanctum Concilium*. Os decretos *Orientalium Ecclesiarum* e *Unitatis Redintegratio* são

---

*Enchiridion Vaticanum*. Documenti ufficiali del Concilio Vaticano II 1962-1965. Bologna: Dehoniane, 1993, p. 45-47.

<sup>9</sup> Boaventura Kloppenburg afirma ter sido a intenção do Concílio (*mens Concilii*) ensinar e propor definitivamente doutrinas, apesar de não as ter declarado de modo solene. Como exemplo, ele cita a infalibilidade dos Bispos, a colegialidade episcopal e a sacramentalidade do episcopado (cf. B. KLOPPENBURG, *loc. cit.*, p. 832).

<sup>10</sup> Cf. M. G. MCGRATH, Notas históricas sobre a Constituição Pastoral “Gaudium et Spes”. In G. BARAÚNA, *A Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 138.

um prolongamento da *Lumen Gentium*, pois mostram o propósito da Igreja Católica de dialogar com os irmãos separados além das vicissitudes históricas acontecidas no segundo milênio da era cristã. O capítulo sobre o ministério hierárquico é desenvolvido na *Christus Dominus*, sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja, e na *Presbyterorum Ordinis*, sobre o ministério e a vida dos presbíteros, juntamente com a *Optatam Totius*, sobre a formação sacerdotal. A *Apostolicam Actuositatem* desenvolve os princípios do capítulo 4 sobre o apostolado dos leigos, enquanto a *Perfectae Caritatis* amplia o capítulo 6, dedicado aos religiosos. A missão da Igreja, tratada no capítulo 2, se prolonga no Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja, e na Declaração *Nostra Aetate*, que se ocupa das religiões não cristãs, a qual se junta a Declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa, assim como também o Decreto *Inter Mirifica*, sobre os Meios de Comunicação Social, e a Declaração *Gravissimum Educationis*, sobre a educação cristã.

A novidade da *Lumen Gentium* consiste em uma nova perspectiva e inter-relação do conjunto dos vários aspectos do mistério da Igreja, a partir de uma nova compreensão da relação da Igreja com a Trindade, de modo especial com Jesus Cristo, e progresso de alguns elementos particulares à luz da Sagrada Escritura e da tradição patrística, dogmática e litúrgica. Assim, sua intenção vai além do que estabelecer novas relações internas entre hierarquia e laicato.

Na eclesiologia da *Lumen Gentium* não se encontra a proclamação de anátemas, mas a afirmação da identidade da Igreja e a convocação de todos os seus membros para se engajarem em sua missão evangelizadora. Não se encontra uma carta de reivindicação de direitos dos cristãos, mas a intenção de se colocarem a serviço da humanidade, a exemplo do Mestre, que veio para servir e não para ser servido (cf. *Mc 10,45*), e proclamar a Boa-Nova do Reino de Deus, o Evangelho de Deus Pai. A *Lumen Gentium* é uma reflexão da Igreja sobre si mesma e sua intenção de dialogar com o mundo, enquanto a *Gaudium et Spes* é o sinal e o veículo desse diálogo. E esse foi o desejo dos dois Papas, João XXIII e Paulo VI.

Além disso, o Vaticano II, no dizer de K. Rahner, foi um Concílio da Igreja sobre a Igreja. Foi a primeira vez na história da Igreja em que um Concílio Ecumênico abordou de forma tão clara a Igreja em si mesma, possibilitando estabelecer uma verdadeira eclesiologia a partir dos textos conciliares. É verdade que desde logo os teólogos procuraram estabelecer em que consistia essa “eclesiologia”, apesar de nem sempre estarem de acordo. Entre essas obras, que

foram surgindo quase logo após o término do Concílio, pode citar-se, a título de exemplo, a de J. Ratzinger (futuro Papa Bento XVI), escrita em 1969 e intitulada *O novo Povo de Deus*<sup>11</sup>, e a de Dom Boaventura Kloppenburg, um dos peritos do Concílio, intitulada *A eclesiologia do Vaticano II*, e publicada em 1971<sup>12</sup>. Destaca-se o conhecido comentário à *Lumen Gentium*, escrita por Gérard Philips<sup>13</sup>.

Os grandes temas da *Lumen Gentium* podem ser apresentados a partir de três elementos eclesiológicos presentes neste rico e importante documento.

O primeiro elemento é a dimensão trinitária, clara no primeiro capítulo da *Lumen Gentium*, intitulado *O mistério da Igreja*. Com isso, a *Lumen Gentium* queria claramente, segundo o então Cardeal Joseph Ratzinger, inserir o discurso sobre a Igreja no discurso sobre Deus e desejava propor uma eclesiologia propriamente teológica. Entretanto, ainda segundo ele, a recepção do Concílio esqueceu essa característica qualificante em favor de simples afirmações eclesiológicas, fazendo retroceder o espírito do Vaticano II<sup>14</sup>.

A *Lumen Gentium* demonstra a consciência de que a Igreja existe a partir de Cristo e em Cristo. Essa perspectiva cristocêntrica é a culminância do movimento eclesiológico iniciado na Escola teológica de Tubinga, que se expande por meio dos teólogos da Escola Romana no Vaticano I e encontra expressão magisterial na *Mystici Corporis*, do Papa Pio XII, em 1943, e realçado pelo Papa Paulo VI, no seu discurso de abertura da Segunda Sessão do Vaticano II<sup>15</sup>. Como a Igreja é a Igreja de Deus, a *Ekklesia tou Theou*, pode-se afirmá-la como uma Igreja sacramento universal de salvação (cf. *Lumen Gentium*, n. 1), porque nela está presente o mistério do desígnio salvífico de Deus para a humanidade, como sinal do amor incondicional de Deus pelas pessoas, por ele criadas como um gesto de benevolência de seu dom.

O segundo elemento é a dimensão pneumatológica, que entende só se poder pensar a Igreja em Jesus Cristo e no Espírito Santo, como condição para ela produzir frutos. O número 4 da *Lumen Gentium* retrata bem tal consciência,

<sup>11</sup> A tradução para o português: J. RATZINGER, *O novo Povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1974, 380 p.

<sup>12</sup> B. KLOPPENBRG, *A eclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971.

<sup>13</sup> G. PHILIPS, *La Chiesa e il suo mistero*. Storia, testo e commento della *Lumen Gentium*. Milano: Jaca Book, 1975.

<sup>14</sup> J. RATZINGER, *L'eclesiologia della costituzione Lumen Gentium*. In R. FISICHELIA (a cura). *Il Concilio Vaticano II. Recezione e attualità allá luce del Giubileo*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2000, p. 67.

<sup>15</sup> O. GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, *A nova consciência da Igreja e seus pressupostos histórico-teológicos*. In G. BARAÚNA, *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 281s.

porque entende o Espírito Santo como a última determinação da Igreja, a sua alma, de acordo com a tradição teológica. Assim, a Igreja não existe por si mesma, mas é o instrumento de Deus, com o qual Deus reúne todas as pessoas nele e prepara o momento em que “Deus será tudo em todos” (cf. *1Cor* 15,28). O esquecimento dessa verdade converterá a Igreja em mera comunidade onde há luta pelo poder e simples oposição de grupos internos, como demonstra o período imediatamente posterior ao Concílio, pela valorização unilateral da imagem bíblica de Povo de Deus, de acordo com o *Relatio finalis* do Sínodo de 1985<sup>16</sup>.

Tal consciência tem duas consequências. Uma, a superação de uma Eclesiologia jurídica<sup>17</sup>; e a outra, a consciência de uma nova relação com o Reino de Deus e com o mundo. A primeira consequência aponta para a superação de uma Eclesiologia jurídica, no sentido de que essa mudança de perspectiva faz com que a Igreja deixe de ser vista horizontalmente e a partir de si mesma, e passe a ser compreendida verticalmente, isto é, a partir de Deus e de sua presença no mundo. Com efeito, a Igreja é o instrumento de Deus no mundo em ordem à salvação. Tal afirmação significa o assentamento de sua missão no essencial. Hoje, a Igreja, passados os primeiros anos de indecisão quanto à sua identidade, proclama, por meio do Papa Paulo VI, que, desde as suas origens, passando pelos séculos de sua história, a evangelização é o que a Igreja tem de mais íntimo e corresponde a sua natureza (cf. *Evangelii Nuntiandi*, n. 14 e 15).

A segunda consequência é a nova relação da Igreja com o Reino de Deus e com o mundo. A Igreja deixa de se identificar com o Reino para ser seu sinal e instrumento, seu germe e início e ter a missão de anunciá-lo e estabelecê-lo em todo o mundo (cf. *Lumen Gentium*, n. 5). Assim, a única Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele, embora fora de seu corpo se encontrem vários elementos de santificação e de verdade (cf. *Lumen Gentium*, n. 8). Aqui não se trata de um relativismo eclesiológico, como se Jesus Cristo não quisesse ter fundado a Igreja ou como se ela tivesse surgido com o processo de perda da tensão escatológica, mas implica em afirmar seu lugar e seu papel no mundo como subsistência da única Igreja de Jesus Cristo. Quando a *Lumen Gentium* emprega o verbo “subsistir” (cf. *Lumen Gentium*, n. 8) não quer nem identificar a Igreja com o Reino de Deus nem desligá-la de Cristo e de seu Reino, mas afirmá-la como continuidade.

<sup>16</sup> Cf. SÍNODO DE 1985, *Relatio finalis* II, A 3.

<sup>17</sup> A propósito, se pode citar a conhecida obra de A. ACERBI, *Due ecclesiologie. Ecclesiologia giuridica ed ecclesiologia di comunione nella Lumen Gentium*. Bologna: Dehoniane, 1975.

O terceiro elemento é a inserção do capítulo sobre a Mariologia na *Lumen Gentium* como seu oitavo capítulo, intitulado *A bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja*. Tal inserção não foi fruto do acaso, mas corresponde à orientação presente na Constituição. A relação entre Maria e a Igreja só é possível de ser compreendida enquanto a Mariologia se insere na Eclesiologia. Maria é a imagem da Igreja, por isso ela é virgem e mãe, concebida sem pecado e carrega o peso da história, e já possui uma dimensão escatológica. A Igreja é antecipada em Maria. Ela é a Igreja já realizada, ou ela é aquilo que a Igreja deverá ser um dia, quando terminar seu percurso na terra. Por essa razão, a Mariologia insere-se na Eclesiologia do Vaticano II, para apontar um ideal a ser perseguido pela Igreja. Maria, a Mãe de Deus, é, assim, mãe da Igreja e modelo para a Igreja.

## 2. A *Lumen Gentium* hoje

A falada “virada copernicana” operada pela eclesiologia da *Lumen Gentium* deve ser compreendida na continuidade dos ensinamentos precedentes, especialmente com o Magistério de Trento e do Vaticano I (cf. *Lumen Gentium*, n. 18; *Dei Verbum*, n. 1; *Dignitatis Humane*, n. 1). Tal afirmação não quer reconhecer ou negar que a eclesiologia da *Lumen Gentium* contenha um desenvolvimento doutrinal, complementar à eclesiologia precedente, mas sim, que a novidade teológica na compreensão da Igreja não significa a aparição de algo nunca antes dito ou desconhecido na tradição teológica, mas complementar, porque o desenvolvimento doutrinal já está contido de forma implícita na grande tradição teológica da Igreja. É o que afirmava o Papa João XXIII em seu discurso de inauguração do Concílio Vaticano II:

A finalidade principal deste Concílio não é, portanto, a discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos teólogos antigos e modernos, que se supõe sempre bem presente e familiar ao nosso espírito. Para isto, não havia necessidade de um Concílio. Mas da renovada, serena e tranquila adesão a todo o ensino da Igreja, na sua integridade e exatidão, como ainda brilha nas Atas Conciliares desde Trento até ao Vaticano I, o espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro espera um progresso na penetração doutrinal e na formação das consciências; é necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> PAPA JOÃO XXIII, *Discurso de inauguração do Concílio Vaticano II*, no dia 11 de outubro de

O mesmo sentido tem a afirmação do Cardeal Walter Kasper, em sua recente obra intitulada *Igreja Católica: essência, realidade, missão*, ao escrever que o Vaticano II não caiu como um raio sobre a Igreja ou marcou uma ruptura com a tradição anterior, mas representou um longo passo no caminho em que a Igreja já estava caminhando interiormente há longo tempo e inconscientemente esperado<sup>19</sup>.

Entre os temas mais destacados dos documentos do Vaticano II, pode-se citar, entre outros, a Igreja como Povo de Deus, a identidade e a missão do laicato, o ecumenismo, a colegialidade, o episcopado como sacramento, a comunhão hierárquica, o diaconato permanente, a relação entre as Igrejas Particulares e a Igreja Universal. Também se pode reconhecer o surgimento de várias eclesiologias a partir da *Lumen Gentium*, como, por exemplo, a eclesiologia do Povo de Deus<sup>20</sup>, a eclesiologia de comunhão<sup>21</sup>, a Igreja como sacramento<sup>22</sup> e a Igreja servidora e libertadora<sup>23</sup>. Por vezes, algumas eclesiologias foram interpretadas em chave de oposição e levaram a reações com consequências funestas para a Igreja<sup>24</sup>. É o caso da polarização entre uma eclesiologia do Povo de Deus e a eclesiologia de comunhão, a compreensão unilateral da Igreja como sociedade e instituição e a Igreja como Corpo Místico de Cristo<sup>25</sup>. Contudo, ainda restam questões abertas nos dias de hoje, que ainda não foram suficientemente refletidas. Como exemplo, pode-se citar a valorização cultural e a autonomia da Igreja Particular, a subsidiariedade e a sinodalidade.

O então Cardeal Ratzinger, em 1999, comentava que a eclesiologia de comunhão, a partir do Sínodo de 1985, resumiu o conjunto da eclesiologia do Vaticano II, apesar de a palavra comunhão – *communio* – não ter uma

1962, VI, 5.

<sup>19</sup> W. KASPER, *La Chiesa Cattolica. Essenza – Realtà – Missione*. Brescia: Queriniana, 2012, p. 14.

<sup>20</sup> Cf. J. COMBLIN, *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, 410 p.

<sup>21</sup> J. RIGAL, *Leclésiologie de communion. Son évolution historique et ses fondaments*. Paris : Cerf, 1997, 392p.; S. DIANICH, *La Chiesa mistero di comunione*. Genova: Marietti, 1987, 190 p.

<sup>22</sup> Cf. S. PIÉ-NINOT, *Eclesiologia. La sacramentalidad de la comunidad Cristiana*. Salamanca: Sígueme, 2007, 669p.

<sup>23</sup> J. SOBRINO, *Ressurreição da verdadeira Igreja. Os pobres, lugar teológico da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982, 335p.

<sup>24</sup> A propósito, ver G. L. B. HACKMANN, *Igreja, o que dizes de ti mesma? E as eclesiologias*. In L. BRUSTOLIN (org.), *50 anos do Concílio Vaticano II. Recepção e interpretação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 111-113.

<sup>25</sup> Ver F. SAVERIO VENUTO, *La recezione del Concilio Vaticano II nel dibattito storiografico dal 1965 al 1985*. Cantalupa: Effata, 2011, 448 p.

posição central no Concílio. Todavia, essa palavra pode servir como síntese para os elementos essenciais da eclesiologia conciliar. O texto da primeira carta de João pode servir de referência para a compreensão cristã correta de comunhão: “O que vimos e ouvimos vo-lo anunciamos, para que estejais também em comunhão conosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo. E isto vos escrevemos para que a nossa alegria seja completa” (1Jo 1,3-4). A comunhão tem como ponto de partida o encontro com o Filho de Deus, Jesus Cristo, que dá origem à comunhão entre as pessoas. Assim acontece a comunhão com Deus e com a humanidade. O encontro com Cristo cria a comunhão com ele e, portanto, com o Pai no Espírito Santo, e a partir daí une as pessoas entre si. Tudo isso indica a Igreja, que, por sua vez, tem uma finalidade escatológica. Assim, a palavra comunhão tem um caráter teológico, cristológico, histórico-salvífico e eclesiológico, adquirindo uma dimensão sacramental, expressa pelo conceito da Igreja como sacramento de salvação<sup>26</sup>.

## 2.1. A questão da recepção do Vaticano II

Uma das questões debatidas sobre a recepção do Vaticano II é se ela foi total ou parcial ou se apenas aconteceu uma mera aplicação das decisões conciliares pela Igreja<sup>27</sup>. Naturalmente, a recepção de um Concílio exige tempo para o amadurecimento ou a assimilação por parte do corpo eclesial das novas ideias e modos de procedimentos trazidos pelo Concílio. Giles Routhier afirma que acontece a recepção quando as decisões de um Concílio são acolhidas e assimiladas na vida de determinada Igreja Particular e passa a ser viva expressão de fé apostólica<sup>28</sup>. Neste processo de recepção do Vaticano II, tem importância o *Sínodo Extraordinário de 1985*, pois ele tornou-se um marco inegável nesse processo de recepção<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> J. RATZINGER, *L'eclesiologia della costituzione Lumen Gentium*, p. 69-70.

<sup>27</sup> Sobre a recepção como fato eclesiológico e a discussão em torno da recepção do Vaticano II, ver G. L. B. HACKMANN, *A amada Igreja de Jesus Cristo. Manual de Eclesiologia como Comunhão Orgânica*, p. 268-287. Giuseppe Alberigo escreve dois artigos sobre a recepção do Vaticano II: Criteri ermeneutici per una storia del Vaticano II e Fedeltà e creatività nella recezione del Concilio Vaticano II. In G. ALBERIGO, *Transizione epocale. Studi sul Vaticano II*. Bologna: Il Mulino, 2009, p. 29-46 e 47-72.

<sup>28</sup> G. ROUTHIER, *La réception d'un concile*. Paris: Cerf, 1993, p. 69.

<sup>29</sup> Cf. H. DONNEAUD, *Le débat sur l'herméneutique du Concile*. In J-F. GALINIER-PALLEROLA, C. DELARBRE, H. GAIGNARD. *Vatican II, 50 ans après. Interprétation, réception, mise*

O processo de recepção do Vaticano II por parte da América Latina iniciou com a II Conferência Geral do Episcopado da América Latina, realizada em Medellín, Colômbia, de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968. Segundo Galilea considera a Conferência de Medellín (de 26 de agosto a 08 de setembro de 1968) e de Puebla (de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979) como uma recepção criativa do Vaticano II na América latina, pois ambas procuraram adaptar as conclusões do Vaticano II para a realidade latino-americana<sup>30</sup>.

José Oscar Beozzo pondera que colocar a questão da recepção do Vaticano II por parte da Igreja no Brasil implica em interrogar-se sobre as “condições concretas” para implantar as conclusões do Concílio. Ele cita condições antes, durante e após o Concílio. As condições prévias são a existência de movimentos apostólicos leigos e a criação da CNBB, com a sua “estrutura de articulação e animação da vida da Igreja”, o CELAM e o planejamento pastoral, elaborado em 1962. As condições durante o Concílio são as seguintes: o fato de os Bispos brasileiros morarem juntos durante os trabalhos do Concílio na *Domus Mariae*, que possibilitou várias iniciativas importantes; o programa de reciclagem do Episcopado; as duas Assembleias da CNBB, a de 1964, que discutiu a estrutura da Conferência para adequá-la ao Concílio, e a de 1965, dedicada a discussão e a aprovação do *Plano de Pastoral de Conjunto* (PPC)<sup>31</sup>, que visava traduzir as conclusões do Concílio no país. As seguintes condições no período posterior ao Concílio são apontadas por Beozzo: levantamento e pesquisas sobre a realidade social, religiosa e histórica da realidade brasileira e a inserção e a atuação da Igreja na mesma realidade; formação e treinamento de Bispos, sacerdotes, religiosas e leigos para executar o PPC; propor um novo modelo de Igreja baseado nas CEBs como forma normal de ser Igreja; leigos dirigentes de comunidades e, na maior parte delas, por mulheres; a leitura cotidiana da Bíblia; o papel crucial das religiosas para o desenvolvimento das CEBs; a ajuda financeira do *Adveniat* para a pastoral do Brasil e, principalmente, para a implementação do PPC<sup>32</sup>.

---

*en oeuvre et développements doctrinaux 1962-2012*. Perpignan: Artège, 2012, p. 33-37.

<sup>30</sup> Cf. S. GALILEA, L'America Latina nelle conferenze di Medellín e Puebla. Un esempio di ricezione selettiva e creativa del Concilio. In G. ALBERIGO – J.-P. JOSSUA, *Il Vaticano II e la Chiesa*. Brescia: Paideia Editrice, 1985, p. 87-106.

<sup>31</sup> O Plano de Pastoral de Conjunto foi aprovado, inicialmente, para os anos de 1966-1970 e, depois, confirmado para os anos de 1971-1974.

<sup>32</sup> J. O. BEOZZO, A recepção do Concílio Vaticano II pela Igreja no Brasil. In BRUSTOLIN, L. A (org.). *50 ANOS DO Concílio Vaticano II. Recepção e Interpretação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 137-173.

## 2.2. A questão da hermenêutica do Vaticano II

Todavia, uma das questões mais debatidas nos anos recentes sobre o Vaticano II é a sua hermenêutica. A questão da hermenêutica do Vaticano II surgiu de modo incisivo com a comemoração de aniversários do Concílio, de modo particular, dos vinte e dos quarenta anos de conclusão do Concílio. Os vinte anos de conclusão do Concílio foram assinalados com a convocação do Sínodo Extraordinário de 1985 pelo Papa João Paulo II para “celebrar, verificar e promover” o Vaticano II. Os 40 anos de conclusão foram marcados com o discurso do Papa Bento XVI por ocasião dos votos natalinos à Cúria romana no dia 22 de dezembro de 2005.

Frère Henry Donneaud assinala que o Sínodo de 1985 marca uma data importante na história da hermenêutica do Vaticano II, pois o próprio Magistério faz um balanço da recepção do Concílio. O Papa João Paulo II fez do Vaticano II o ponto constante de referência de sua ação pastoral, que pode ser classificada como “aplicação fiel” do Concílio. Neste sentido, ele quis verificar se o Concílio foi e estava sendo interpretado corretamente e, sobretudo, corrigir certas formas de aplicação do Concílio<sup>33</sup>. Por isso mesmo, o objetivo do Sínodo foi aquele anunciado pelo Papa João Paulo II.

Ainda segundo Donneaud, três teólogos apresentaram trabalhos convergentes: A. Dulles<sup>34</sup>, W. Kasper<sup>35</sup> e H. J. Pottmeyer<sup>36</sup>. Eles representam três correntes principais: a progressista, que entende que o Concílio fez uma ruptura com o catolicismo pós-tridentino e se guia por uma interpretação dinâmica dos textos conciliares, tendo como critério o “espírito do Concílio”; a conservadora, que valoriza no corpo conciliar as afirmações de Trento e do Vaticano I, a fim de dar uma interpretação segundo a tradição eclesial; e a de tipo sintético, que aparece nos anos 80 e entende superar a dicotomia entre as duas anteriores, fazendo uma síntese hermenêutica entre o novo e o antigo na teologia conciliar. O autor entende que a cada uma destas tendências corresponde uma hermenêutica diferente: à corrente progressista corresponde uma hermenêutica progres-

<sup>33</sup> H. DONNEAUD, *Le débat sur l'herméneutique du Concile*, p. 34.

<sup>34</sup> A. DULLES, ‘ecclesiologie catholique depuis Vatican II. In *Concilium* 208 (1986), p. 13-25.

<sup>35</sup> W. KASPER, *Le défi du Vatican II qui demeure. A propos de l'herméneutique des affirmations du Concile*. In W. KASPER, *La théologie et la l'Église*. Paris : Cerf, 1990, p. 411-423.

<sup>36</sup> H. J. POTTMEYER, *Una nuova fase della ricezione del Vaticano II. Vent'anni di ermeneutica del concilio*. In G. ALBERIGO – J.-P. JOSSUA, *Il Vaticano II e la Chiesa*. Brescia: Paideia Editrice, 1985, p. 41-64.

sista; à corrente conservadora corresponde uma hermenêutica conservadora; à de tipo sintético corresponde uma hermenêutica de síntese<sup>37</sup>.

O discurso de Bento XVI à Cúria romana, no dia 22 de dezembro de 2005, marca outro momento significativo na hermenêutica do Vaticano II. Em vez de três hermenêuticas, o Papa apresenta duas: a hermenêutica de descontinuidade e de ruptura e a hermenêutica da reforma. A primeira parte da tensão existente nos textos conciliares entre as novidades suscitadas pelo espírito do Concílio e as reafirmações das verdades contidas na tradição doutrinal e teológica da Igreja. A segunda se caracteriza por interpretar o Concílio à luz de uma “síntese de fidelidade e de dinamismo”, de acordo com um “processo de novidade na continuidade”. Segundo Bento XVI, esta segunda hermenêutica corresponde à intenção dos Papas João XXIII e Paulo VI. Por reforma, Bento XVI entende a justa articulação entre o antigo e o novo.

Recentemente, surgiram algumas obras contestando a interpretação dada ao Concílio Vaticano II, particularmente a dada pela escola de Bologna. Entre essas, pode-se citar Brunero Gherardini<sup>38</sup> e Roberto De Mattei<sup>39</sup>. Também não se pode esquecer-se de citar o movimento criado pelo Mons. Marcel Lefebvre como um movimento contestador do Vaticano II<sup>40</sup>, que, segundo Walter Kasper, surgiu como reação à primeira fase do pós-Concílio, a de entusiasmo, e que resultou, segundo ele, da perda de orientação por parte da Igreja, semelhante a uma nave sem controle<sup>41</sup>.

Chegar a um equilíbrio na compreensão da eclesiologia da *Lumen Gentium*, torna-se, hoje, não apenas necessário, mas um imperativo, a fim de evitar hermenêuticas que neguem o magistério do Vaticano II ou que façam interpretações contrárias ao seu espírito e ao seu texto. Nesse sentido, o Vaticano II não é apenas um espírito, mas também documentos – letra –, que devem ser lidos e compreendidos no conjunto do magistério conciliar. Por

<sup>37</sup> Ibid., p. 35-36.

<sup>38</sup> B. GHERARDINI, *Concilio Ecumenico Vaticano II. Un discorso da fare*. Frigento: Casa Mariana Editrice, 2009, 260p; ID., *Concilio Vaticano II. Il discorso mancato*. Torino: Lindau, 2011, 110 p.

<sup>39</sup> R. DE MATTEI, *Il Concilio Vaticano II. Una storia mai scritta*. Torino: Lindau, 2010, 625p.; ID., *Apologia della Tradizione. Poscritto a Il Concilio Vaticano II. Una storia mai scritta*. Torino: Lindau, 2011, 153 p.

<sup>40</sup> Ver uma análise em P. LATHUILIÈRE, *Le fondamentalisme catholique. Signification et ecclésiologie*. Paris: Cerf, 1995, 334p. Uma análise crítica em G. MICCOLI, *La Chiesa dell'anticoncilio. I tradizionalisti alla riconquista di Roma*. Bari: Laterza, 2011, 418 p.

<sup>41</sup> W. KASPER, Renovación a partir del origen. Para la interpretación y recepción del Concilio Vaticano II. In V. VIDE e J. R. Villar (eds), *El Concilio Vaticano II. Una perspectiva teológica*. Madrid: San Pablo, 2013, p. 659-60.

isso, o Papa Bento XVI, no já citado discurso aos membros da Cúria Romana, aponta um caminho: a reforma na continuidade<sup>42</sup>.

### 3. A *Lumen Gentium* e o ano da fé

1. De acordo com o pedido feito pelo Papa Bento XVI na *Porta Fidei*, ao proclamar o Ano da Fé, é importante revisitar os documentos conciliares, particularmente agora, quando já há uma distância temporal da realização do Vaticano II, assim como também o texto do *Catecismo da Igreja Católica*. Constata-se que as gerações recentes não possuem o mesmo entusiasmo para ler os documentos do Vaticano II como as gerações da época da realização do Concílio, o que é natural, pois as gerações anteriores viveram o Concílio e se responsabilizaram por sua aplicação. Por isso, é necessário motivar continuamente para o conhecimento e o aprofundamento dos documentos conciliares, assim como os documentos do Magistério recente.

Neste mesmo sentido, afirma o Papa Bento XVI, na Carta Apostólica em forma de *Motu Proprio* na qual institui um Ano da Fé: “(...) Para atestar como os conteúdos essenciais, que há séculos constituem o patrimônio de todos os fiéis, necessitam de ser confirmados, compreendidos e aprofundados em maneira sempre nova para se dar testemunho coerente deles em condições históricas diversas do passado”<sup>43</sup>.

2. Como um fruto desse trabalho de revisitar os textos sugeridos pelo Papa Bento XVI, brotam uma atitude e um sentimento necessários para os cristãos nos dias de hoje: Crer na Igreja<sup>44</sup> e amar a Igreja de Jesus Cristo. O Cardeal Walter Kasper é de opinião que o Papa Bento XVI convocou o Ano da Fé em vista de um aprofundamento da fé, porque sem um sólido fundamento na fé tudo fica no ar e, por isso, é necessário novamente despertar a fé, a esperança e o amor<sup>45</sup>. E nisso se insere a realidade teológica, histórica e salvífica em que se constitui a Igreja.

<sup>42</sup> Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2005/december/index\\_it.htm](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/december/index_it.htm)>. Acesso em 26 mar. 2014. A propósito, ver a obra de P. CANTONI, *Riforma nella continuità. Vaticano II e anticonciliarismo. Riflessioni sul Vaticano II e sull'anti-conciliarismo*. Milano: Sugarco, 2011, 152p. Também A. MARCHETTO, *Il Concilio Ecumenico Vaticano II. Per la sua corretta ermeneutica*. Città del Vaticano: LEV, 2012, 380 p.

<sup>43</sup> PAPA BENTO XVI, *Porta Fidei*, n. 4.

<sup>44</sup> A propósito, ver P. GOYRET (org.), *Dono e compito. La Chiesa nel Simbolo della fede*. Roma: Città Nuova, 2012, p. 51-68.

<sup>45</sup> W. KASPER, *Renovación a partir del origen. Para la interpretación y recepción del Concilio Vaticano II*, p. 73.

Talvez se pudesse afirmar que ainda a eclesiologia do Vaticano II não foi suficientemente compreendida e assimilada. Justifico tal hipótese porque a *Lumen Gentium* mostra que a Igreja deve ser compreendida a partir do mistério de Cristo, em comunhão com a Trindade, e não a partir da imagem de Povo de Deus, como alguns insistem, apesar da riqueza dessa imagem bíblica, mas que conduziu, segundo o então Cardeal Ratzinger, a uma “horizontalização progressiva” da Igreja de tipo igualitário<sup>46</sup>. Por isso, o Sínodo de 1985 apresentou a eclesiologia de comunhão como a eclesiologia do Vaticano II. Angel Antón opina que esse é o conceito-chave para interpretar a eclesiologia do Vaticano II e o que melhor compendia os resultados em sua doutrina eclesiológica e na renovação da Igreja<sup>47</sup>.

Compreender a eclesiologia da *Lumen Gentium* a partir da perspectiva do mistério da Igreja (capítulo I) não nega a sua dimensão institucional, que tradicionalmente era evidenciada com a idéia da “sociedade perfeita”. Todas as dimensões da Igreja formam uma realidade complexa de elementos visíveis e invisíveis, institucionais e espirituais (*Lumen Gentium*, n. 8). Neste sentido, a Igreja é *comunhão* dos fiéis com Deus e entre si, e simbolizada e realizada pelo mistério eucarístico. Ela é também *sacramento* desta comunhão enquanto peregrina na história até a consumação final (*Lumen Gentium*, n. 1 e 48). Comunhão e sacramento não são categorias alternativas, mas dimensões próprias do Povo de Deus e do Corpo de Cristo. A *comunhão* indica o conteúdo do mistério, ou seja, o dom recebido de Deus e que define o ser mais profundo da Igreja que se realizará na plenitude escatológica. O sacramento indica o modo como Deus oferece esse dom à humanidade na Igreja como sacramento universal de salvação (*Lumen Gentium*, n. 1), ou seja, como mediação visível que anuncia e realiza a comunhão, em estreita dependência do Espírito Santo. O anglicano Alain Nisus, em uma tese de doutorado sobre a eclesiologia de Yves Congar<sup>48</sup>, afirma que entre esses dois elementos não há dualismo, mas sim dualidade. Por isso, a Igreja é *semper purificanda* (*Lumen Gentium*, n. 8).

Crer na Igreja – *credo ... sanctam Ecclesiam catholicam* – implica entendê-la como mistério da fé e “sacramento universal de salvação” (*Lumen Gentium*, n. 1), fruto da presença da salvação de Jesus Cristo em sua Igreja e a Igreja enten-

<sup>46</sup> Cf. J. RATZINGER, *L'eclesiologia della costituzione Lumen Gentium*, p. 71.

<sup>47</sup> A. ANTÓN, *Eclesiología posconciliar: esperanzas, resultados y perspectivas para el futuro*. In R. LATOURELLE (Ed.), *Vaticano II. Balance y perspectivas*. Salamanca, 1990, p. 281.

<sup>48</sup> A. NISUS, *L'Église comme communion et comme institution. Une lecture de l'ecclésiologie du Cardinal Congar a partir de la tradition des Églises de professants*. Paris: Cerf, 2012, 512 p.

dida como continuada da sua obra salvífica, onde não cabe uma separação dicotômica entre a salvação operada por Jesus Cristo por meio de sua morte de cruz e ressurreição e a existência da Igreja, enquanto se verifica a subsistência da Igreja de Cristo na Igreja Católica (cf. *Lumen Gentium*, n. 8). Crer na Igreja significa crer na sua existência, na sua realidade sobrenatural, na sua unidade, na sua santidade, nela como sujeito da fé, ou seja, como comunidade que crê.

Santo Agostinho conclamava ao amor a Igreja de Jesus Cristo. Como objeto da fé e a partir da certeza de que ela foi fundada por Jesus Cristo, o amor a Igreja é uma consequência natural. Hoje, mais do que nunca, diante de tantas críticas feitas à Igreja e os desafios postos à fé, importa dar um testemunho alegre e convicto da Igreja aos homens e mulheres de nosso tempo, cada vez mais inclinados ao relativismo religioso e ao não engajamento em uma religião, assim como também avessos à dimensão comunitária, que os impede de participar da vida eclesial em uma comunidade específica.

3. É preciso ter presente as duas dimensões inerentes à Igreja, ou seja, a simultaneidade entre o divino e o humano. Tal consciência leva a uma compreensão realista da Igreja, enquanto se reconhece nela a presença da salvação de Deus e a sua realização na história através do humano, e contribui a impedir tanto o orgulho quanto um possível complexo de inferioridade. Orgulho por ser ela a realização plena da Igreja de Jesus Cristo e necessária para a salvação (cf. *Lumen Gentium*, n. 8 e 14); complexo de inferioridade diante da acusação de seus erros e pecados, que vão acontecendo em sua caminhada histórica ao longo do tempo. É verdade que os membros da Igreja devem ter sempre humildade, assim como expressa São Paulo, ao afirmar que carrega “um tesouro em vasos de barro” (2Cor 4,7).

4. Para finalizar, é preciso recuperar a centralidade de Jesus Cristo na Igreja, como vem admoestando o Papa Francisco frequentemente, para evitar que a Igreja gire em torno de si mesma ou se entenda como fim em si mesma, e, assim, se coloque sempre mais a serviço da pessoa humana, principalmente dos mais necessitados. Este é um tema recorrente nos pronunciamentos do Papa Francisco, o que corresponde ao desejo do Papa Bento XVI ao convocar a Igreja para o Ano da fé. Sem a consciência clara da centralidade de Cristo, a Igreja está fadada a perder a seu centro de gravitação e tornar-se centro de si mesma, o que contraria totalmente o projeto de Deus e pode transformá-la como uma mera ONG ou comunidade qualquer.

Centrada em Jesus Cristo, a Igreja se tornará cada vez mais uma Igreja missionária, de acordo com sua identidade própria. Essa também é a adver-

tência do documento final da Conferência de Aparecida e do último Sínodo de Roma, celebrado de 07 a 26 de outubro de 2012, com o tema *A nova evangelização para a transmissão da fé cristã*.

A Conferência de Aparecida conclama: “A Igreja, enquanto marcada e selada ‘com o Espírito Santo e fogo’ (Mt 3,11), continua a obra do Messias, abrindo para o crente as portas da salvação (cf. 1Cor 6,11)”<sup>49</sup>. Por isso, os discípulos missionários são chamados a prosseguir na história, em todos os tempos e lugares, o anúncio da Boa-Nova do Evangelho de Jesus Cristo.

O Papa Bento XVI, depois de auscultar a opinião do episcopado do mundo, decidiu convocar a XIII Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos sobre o tema *A nova evangelização para a transmissão da fé cristã*, que foi realizado de 7 a 28 de Outubro de 2012. A escolha desse tema demonstra a preocupação com o tema do anúncio da fé e da sua recepção por parte das pessoas de hoje. É, sem dúvida, um tema urgente, particularmente diante dos desafios postos ao anúncio da fé e à vivência da fé.

O Papa Francisco, na Exortação Apostólica *Evangelium Gaudium*, onde ele recolhe as riquezas dos trabalhos do último Sínodo dos Bispos de Roma, aborda os temas relacionados com “a evangelização no mundo atual” (n. 16), escreve: “Lá (no Sínodo) foi recordado que a nova evangelização interpela a todos, realizando-se fundamentalmente em três âmbitos”. E o Papa Francisco aponta os três âmbitos: da pastoral ordinária; das pessoas batizadas e que, porém, não vivem as exigências do Batismo; daqueles que não conhecem Jesus Cristo ou que sempre O recusaram (n. 14). A evangelização está sempre relacionada com estes três âmbitos, pois todas as pessoas têm o direito de receber o Evangelho e os cristãos de anunciar a todos, sem exclusão de ninguém. Por isso, convida a Igreja a ser sempre “em saída”, ou seja, uma Igreja missionária e que se transforma – se converte – para poder cumprir a sua missão evangelizadora (n. 19 e 25).

Desse modo, o caminho iniciado pela *Lumen Gentium* continua agora, com o nome de Nova Evangelização, que impele a Igreja a manter-se fiel à sua missão primordial, isto é, a evangelização, de acordo com o mandato recebido de Jesus Cristo: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinan-

<sup>49</sup> CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: CNBB e São Paulo: Paulus e Paulinas, 2007, n. 151.

do-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que estou convosco todos os dias até o fim dos tempos” (Mt 28,19-20).

## Referências

- ALBERIGO, G. Criteri ermeneutici per una storia del Vaticano II. In ALBERIGO, G. *Transizione epocale. Studi sul Vaticano II*. Bologna: Il Mulino, 2009, p. 29-46.
- ALBERIGO, A. Fedeltà e creatività nella recezione del Concilio Vaticano II. In ALBERIGO, G. *Transizione epocale. Studi sul Vaticano II*. Bologna: Il Mulino, 2009, p. 47-72.
- ACERBI, A. *Due ecclesiologie. Ecclesiologia giuridica ed ecclesiologia di comunione nella Lumen Gentium*. Bologna: Dehoniane, 1975, 586 p.
- ANTÓN, A. Ecclesiología posconciliar: esperanzas, resultados y perspectivas para el futuro. In R. LATOURELLE (Ed.), *Vaticano II. Balance y perspectivas*. Salamanca, 1990, p. 261-288.
- BEOZZO, J. O. A recepção do Concílio Vaticano II pela Igreja no Brasil. In BRUSTOLIN, L. A (org.). *50 ANOS DO Concílio Vaticano II. Recepção e Interpretação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 137-173.
- COMBLIN, J. *O povo de Deus*. Petrópolis: São Paulo: Paulus, 2002, 410 p.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: CNBB e São Paulo: Paulus e Paulinas, 2007, 301 p.
- DONNEAUD, H. Le débat sur l’herméneutique du Concile. In J-F. GALINIER-PALLEROLA, C. DELARBRE, H. GAIGNARD. *Vatican II, 50 ans après. Interprétation, réception, mise en oeuvre et développements doctrinaux 1962-2012*. Perpignan: Artège, 2012, p. 31-59.
- DULLES, A. L’eccelesiology catholique depuis Vatican II. In *Concilium* 208 (1986), p. 13-25.
- GALILEA, S. L’America Latina nelle conferenze di Medellín e Puebla. Un esempio di recezione selettiva e creativa del Concilio. In G. ALBERIGO – J.-P. JOSSUA, *Il Vaticano II e la Chiesa*. Brescia: Paideia Editrice, 1985, p. 87-106.
- DE MATTEI, R. *Il Concilio Vaticano II. Una storia mai scritta*. Torino: Lindau, 2010, 625 p.
- \_\_\_\_\_. *Apologia della Tradizione. Poscritto a Il Concilio Vaticano II. Una storia mai scritta*. Torino: Lindau, 2011, 153 p.
- DIANICH, S. *La Chiesa mistero di comunione*. Genova: Marietti, 1987, 190 p.
- GHERARDINI, B. *Concilio Ecumenico Vaticano II. Un discorso da fare*. Frigento: Casa Mariana Editrice, 2009, 260 p.
- \_\_\_\_\_. *Concilio Vaticano II. Il discorso mancato*. Torino: Lindau, 2011, 110 p.
- GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, O. A nova consciência da Igreja e seus pressupostos histórico-teológicos. In G. BARAÚNA, *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 267-299.
- GOYRET, P. (org.), *Dono e compito. La Chiesa nel Simbolo della fede*. Roma: Città Nuova, 2012, p. 51-68.

- HACKMANN, G. L. B. *A amada Igreja de Jesus Cristo. Manual de Ecclesiologia como Comunhão Orgânica*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2013<sup>2</sup>, 317 p.
- \_\_\_\_\_. Igreja, o que dizes de ti mesma? E as ecclesiologias. In L. BRUSTOLIN (org.), *50 anos do Concílio Vaticano II. Recepção e interpretação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 97-123.
- KASPER, W. *La Chiesa Cattolica. Essenza – Realtà – Missione*. Brescia: Queriniana, 2012, 577 p.
- \_\_\_\_\_. Le défi du Vatican II qui demeure. A propos de l'hermeneutique des affirmations du Concile. In W. KASPER, *La théologie et la l'Église*. Paris: Cerf, 1990, p. 411-423.
- \_\_\_\_\_. Renovación a partir del origen. Para la interpretación y recepción del Concilio Vaticano II. In V. VIDE e J. R. Villar (eds), *El Concilio Vaticano II. Una perspectiva teológica*. Madrid: San Pablo, 2013, p. 651-667.
- KLOPPENBURG, B. *A ecclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971, 291 p.
- \_\_\_\_\_. No quarentenário da *Lumen Gentium*. In *Revista Ecclesiástica Brasileira*, vl. 64, fasc. 256 (outubro de 2004), p. 822-835.
- LATHUILLIÈRE, P. *Le fondamentalisme catholique. Signification et ecclesiologie*. Paris: Cerf, 1995, 334 p.
- MARCHETTO, A. *Il Concilio Ecumenico Vaticano II. Per la sua corretta ermeneutica*. Città del Vaticano: LEV, 2012, 380 p.
- MCGRATH, M. G. Notas históricas sobre a Constituição Pastoral "Gaudium et Spes". In G. BARAÚNA, *A Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 137-153.
- MICCOLI, G. *La Chiesa dell'anticoncilio. I tradizionalisti alla riconquista di Roma*. Bari: Laterza, 2011, 418 p.
- MONDIN, G. La Chiesa primizia del regno. Trattato di ecclesiologia. In C. ROCCHETTA (org.), *Corso di Teologia Sistemática*, vol. 7. Bologna: Dehoniane, 1986.
- NISUS, A. *L'Église comme communion et comme institution. Une lecture de l'ecclesiologie du Cardinal Congar a partir de la tradition des Églises de professants*. Paris: Cerf, 2012, 512 p.
- PAPA BENTO XVI, Carta Apostólica sob forma de Motu Proprio *Porta Fidei*, de 11 de outubro de 2011.
- PAPA JOÃO XXIII, *Alocução Gaudet Ecclesia (Discurso de abertura ao Vaticano II)*, 11 de outubro de 1962. In AAS 54(1962), pp. 786-795. Também: E. LORA e B. TESTACCI (a cura), *Enchiridion Vaticanum*. Documenti ufficiali del Concilio Vaticano II 1962-1965. Bologna: Dehoniane, 1993, p. 45-47.
- PHILIPS, G. *La Chiesa e il suo mistero*. Storia, testo e commento della *Lumen Gentium*. Milano: Jaca Book, 1975, 642 p.
- PIÉ-NINOT, S. *Ecclesiología. La sacramentalidad de la comunidad Cristiana*. Salamanca: Sígueme, 2007, 669 p.
- POTTMEYER, H. J. Una nuova fase della ricezione del Vaticano II. Vent'anni di ermeneutica del concilio. In G. ALBERIGO – J.-P. JOSSUA, *Il Vaticano II e la Chiesa*. Brescia: Paideia Editrice, 1985, p. 41-64.
- RATZINGER, J. *O novo Povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1974, 380 p.
- \_\_\_\_\_. L'ecclesiologia della costituzione *Lumen Gentium*. In R. FISICHELÀ (a

- cura). *Il Concilio Vaticano II. Recezione e attualità allá luce del Giubileo*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2000, p. 66-81.
- RIGAL, J. *L'ecclésiologie de communion. Son évolution historique et ses fondaments*. Paris: Cerf, 1997, 392 p.
- ROUTHIER, G. *La réception d'un concile*. Paris: Cerf, 1993, 265 p.
- SAVERIO VENUTO, F. *La recezione del Concilio Vaticano II nel dibattito storiografico dal 1965 al 1985*. Cantalupa: Effata, 2011, 448 p.
- SOBRINO, J. *Ressurreição da verdadeira Igreja. Os pobres, lugar teológico da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982, 335 p.
- SÍNODO DE 1985, *Relatio finalis*. São Paulo: Paulinas, 1985.